



**ESCOLA DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO SENAC SANTA CRUZ**

**SEREI A**

**Do desenvolvimento de apps ao desenvolvimento trans**

Theo Dominique de Azevedo Trodo Lima

Projeto de Formação Profissional

Orientadora Professora Nêmora Francine Backes

Santa Cruz do Sul, 14 de junho de 2022.

## **1. TEMA**

O tema desse projeto de pesquisa consiste em investigar as necessidades da comunidade trans no Brasil, em especial, a população jovem, e a partir disso, propor auxílio baseado em desenvolvimento de apps.

## **2. PROBLEMA**

“Como o desenvolvimento de apps pode ser usado para apoiar jovens trans no processo de descoberta?”

## **3. JUSTIFICATIVA**

Apesar de o Censo Demográfico, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), não incluir opções de respostas que refletem pessoas trans, a Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) estima que elas têm expectativa de vida de 35 anos. Em 1990, a homossexualidade parou de ser considerada uma doença mental pela OMS (Organização Mundial da Saúde), porém, apenas em 2018, a OMS retirou a transexualidade da mesma classificação. Estes são alguns dos fatores que mostram a invisibilidade e patologização da comunidade transgênero.

É de extrema importância não apenas reconhecer essa parte da população, como também proporcionar o apoio necessário dentro de um sistema — ou *cí*stema — que lhes oprime todos os dias. Em vista da baixa expectativa de vida e a hostilidade que jovens trans sofrem em núcleos familiares e escolares, esse projeto traz alguns questionamentos e abordagens baseadas na tecnologia e na internet, especialmente ao levar em conta que o uso destes tem se tornado cada vez mais comum pela juventude.

A tecnologia é uma ferramenta de uso frequente na vida de milhões de pessoas ao redor do mundo, sendo registrados mais de um celular por pessoa no Brasil em 2022, segundo a FGV. E em termos de Brasil, de acordo com o Pew Research Center (2021), o país detém hoje a segunda colocação quando se trata de desenvolvimento de aplicativos. Os jovens brasileiros têm uma taxa de uso de celulares de 96%,

segundo um estudo da McAfee (2022); assim, é relevante refletir sobre a utilização de técnicas de desenvolvimento de sites e aplicativos para auxiliar grupos minoritários, nesse caso, a população trans jovem.

Particularmente, por ser um jovem trans, percebo na pele a invisibilização causada pela falta de estudos e discussões sobre nossa saúde e bem-estar, assim como o tabu ao redor da vivência trans por si só, o que me motiva a investigar a fundo formas de incluir e ajudar outras pessoas como eu.

Já que eram poucos os projetos que eu encontrava quando pesquisava sobre pessoas trans, resolvi considerar o desenvolvimento de apps como uma ferramenta que poderia ser usada para a criação de plataformas que podem ajudar a população trans jovem, mais especificamente como um auxílio no processo de descoberta enquanto pessoa trans.

## **4. OBJETIVOS**

### **4.1. Objetivo Geral**

- Desenvolver aplicativos para auxiliar jovens trans no Brasil.

### **4.2. Objetivos Específicos**

- Verificar estudos e fontes históricas sobre transgeneridade no Brasil.
- Entender a importância do nome social para pessoas trans e as resoluções legais brasileiras que protegem esse direito.
- Investigar a diversidade de gênero e como a língua reflete esse fator por meio da neolinguagem neutra.
- Apresentar a proposta de um aplicativo ou *site* que atenda às necessidades investigadas.

## **5. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **5.1. Sobre movimentos trans no Brasil**

A origem dos movimentos nacionais protagonizados por pessoas trans não é conhecida por muita gente no país. A transfobia transforma a vivência não-cis em um

tabu; não se citam movimentos queers nas escolas, não existem espaços acessíveis para que a história seja difundida. Por isso, há a necessidade de uma longa e difícil investigação para tomar conhecimento da realidade trans no Brasil, e muito mais, suas origens.

Não existem registros sobre o momento exato em que pessoas trans começaram a surgir no Brasil, em vista de que, mesmo em 2023, ainda não existam opções no censo demográfico do IBGE que refletem a existência trans; entretanto, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) reúne o máximo possível de informações nas seções de seu site oficial.

## **5.2. O primeiro movimento nacional**

Muito se discute sobre a Revolta de Stonewall, ocorrida em 1969, na cidade de Nova York (EUA). Na época, os Estados Unidos tinham diversas leis anti-LGBTQIA+, a homossexualidade era considerada clinicamente um transtorno mental, e existia uma violência policial padrão que ocorria nos bares gays, que expulsavam os clientes e depois fechavam o estabelecimento, de forma a tentar eliminar a população “deturpada” do país, prendendo qualquer um que frequentasse esse tipo de bar. No dia 28 de junho, entretanto, dizem que Marsha P. Johnson, uma mulher trans que frequentava Stonewall Inn, atirou a primeira pedra em uma batida policial, e assim se desencadeou dias de luta entre a população queer e os policiais; essa revolta foi um marco na luta pelos direitos civis LGBTQIA+, sendo lembrada em todo o mundo. Mais tarde, no dia 25 de junho de 2015, a Suprema Corte dos Estados Unidos aprovou o casamento entre pessoas de mesmo sexo. A junção desses dois acontecimentos em julho tornou este o Mês do Orgulho LGBTQIA+. (BLAKEMORE, 2021)

Entretanto, apesar da Revolta de Stonewall ter sido um marco importante na história queer, é preciso entender que cada parte da comunidade se desenvolveu de formas diferentes, assim como cada país teve sua própria política interna em relação à comunidade LGBTQIA+. No Brasil, tivemos a Associação de Travestis e Liberados, originado em 1992 no Rio de Janeiro, que tinha como objetivo empoderar ativistas trans, pois os recursos direcionados à saúde e segurança pública da comunidade trans eram extremamente escassos. No início de 1993, ocorreu o I Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da Aids (ENTLAIDS). A liderança

travesti era mínima; além da ASTRAL, existia somente o Grupo Esperança, em Curitiba, que eram focados e dirigidos por travestis. (SOUSA, s.d.)

O segundo Encontro ocorreu em Vitória, no Espírito Santo, dessa vez com o intuito de dar visibilidade e incentivar a organização da comunidade trans; assim, ficou decidido que os encontros se tornariam anuais e aconteceriam uma vez no Rio de Janeiro e na outra vez em outro lugar. No terceiro Encontro se estabeleceu a necessidade de ter uma rede nacional de apoio, o movimento organizado de travestis. “Mas os debates ali também tratavam de outras pautas [...]: o respeito ao nome social, a regulamentação da prostituição como trabalho profissional, acesso aos serviços de saúde, violência, educação.” (SOUSA, s.d.)

Ainda entre os anos 90 e 2000, existiu a Rede Nacional de Travestis – RENATA que tinha como objetivo trazer travestis para dentro da política brasileira; em 1997, os Liberados foram incluídos nessa rede também, gerando o nome Rede Nacional de Travestis e Liberados – RENTRAL; em 2000, o nome mudou novamente e se tornou Articulação Nacional de Transgêneros - ANTRA. A palavra “travesti” era utilizada de forma pejorativa, assim sendo preferível substituí-la pelo termo geral “transgênero”; porém, essa não foi uma decisão unânime do movimento, e muitas ativistas da época lutaram para quebrar o estigma ao redor da nomenclatura, buscando reivindicá-la como parte de sua identidade, para que anos depois a ANTRA passasse a significar Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Em 29 de janeiro de 2004, a ANTRA elaborou a campanha “Travesti e Respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos” em conjunto com o Programa Nacional de DST/AIDS – marco que originou o Dia da Visibilidade Trans posteriormente. (SOUSA, s.d.)

Relembrar e registrar a existência e atuação desses movimentos é importante para a valorização da comunidade trans; é uma maneira de mostrar que pessoas trans sempre existiram em todos os lugares e que sempre estivemos lutando pela garantia de nossos direitos humanos, procurando protagonismo político para que nossas vozes fossem ouvidas. Entretanto, ressalto que viver e sobreviver como uma pessoa trans no Brasil é, por si só, um ato político. Segundo Aristóteles, os seres humanos são animais políticos, que procuram a convivência em sociedade inconscientemente, e que, assim sendo, é impossível escapar da política. Por

consequência, afirmo que viver, atuar politicamente, tomar protagonismo em uma sociedade que oprime e mata, sempre será um ato político.

“Se somos reconhecidas como cidadãs apenas em épocas de eleição, não queremos! Vamos rasgar o que nos dá essa única oportunidade, pois queremos ser cidadãs todos os dias!”, frase de Jovanna Baby, anteriormente presidente da RENTRAL, após iniciar um protesto onde as travestis rasgavam seus títulos de eleitores. (SOUSA, s.d.)

### **5.3. Primeiras gestões**

Nesse contexto de desenvolver a Associação Nacional de Travestis e Transexuais, em busca de existir uma rede nacional de lideranças travestis, que prezaria pela segurança pública, saúde, direitos iguais (a partir do protagonismo político), a ANTRA teve sua primeira gestão com alguém que veio do Grupo Esperança, de Curitiba. A segunda gestão teve ativismo na Associação de Travestis do Ceará (ATRAC), de Fortaleza, mas ela veio a falecer precocemente, então foi substituída pela vice que veio do grupo Dignidade, em Curitiba, mas ela também teve um falecimento cedo.

O grupo Esperança de Curitiba ainda se mantém em atuação focada nos direitos travestis e transexuais, tendo um papel importante com palestras e cursos profissionalizantes, além de participar em conjunto com a Prefeitura de Curitiba no projeto Amar Não Tem Idade, que atende idosos com palestras sobre DST/Aids e autoestima. (Prefeitura de Curitiba, s.d.) A Associação de Travestis do Ceará (ATRAC) foi fundada em 2001, com direção de Janaína Dutra (a primeira travesti advogada a ter seu nome social em sua carteira da OAB no Brasil, que posteriormente se tornou presidente da ANTRA) e Thina Rodrigues, e a ATRAC também segue em sua forte luta de resistência. (a fonte é o post do insta da @atrac\_ kkk) Em Curitiba, hoje existe o Portal Dignidade, que reúne cinco organizações focadas no bem-estar LGBTQIA+, como o Grupo Dignidade, a Aliança Nacional LGBTI+, o Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual (IBDSEX), o Centro Paranaense da Cidadania (Cepac) e o Espaço Paranaense da Diversidade LGBT (Epad). (Portal Dignidade, s.d.)

É interessante de reparar como a colaboração entre as organizações foram necessárias para o fortalecimento de uma rede nacional para o apoio de pessoas trans em todo o país. Não basta existir apenas um núcleo isolado, também há a necessidade de se organizar coletivamente para que o maior número de pessoas possa receber auxílio, prezando por acessibilidade e inclusão.

#### **5.4. Projeto TULIPA**

Janaína Dutra fez parte da segunda gestão da ANTRA que idealizou e originou um projeto pensado em capacitar novas lideranças para defesa de direitos trans no meio político. Esse projeto foi chamado de TULIPA.

O projeto em questão foi realizado por diferentes organizações em cada região do Brasil, seguindo a ideia de que existisse uma rede nacional de apoio entre a comunidade trans/travesti. No norte, a Associação de Travestis de Manaus/AM (ATRAAM), com a assistência da Associação Roraimense pela Diversidade Sexual (Diversidade de Boa Vista/RR); no Nordeste, a Associação de Travestis (ASTRA de Aracajú/SE), com a assistência da Associação de Travesti de Salvador (ATRAS/BA); no Centro-Oeste, a Associação de Travestis e Mato Grosso do Sul (ATMS), de Campo Grande/MS, com a assistência da Associação de Gays, Lésbicas e Travestis (ACOGLET) de Corumbá/MS; no Sudeste, a Associação de Travestis do Espírito Santo, com assistência do Grupo Identidade, de Campinas/SP; no Sul, o Grupo Esperança, de Curitiba/PR, com assistência da Associação em Defesa dos Direitos Humanos de Homossexuais (Adeh Nostro Mundo de Florianópolis/SC). (SOUSA, s.d.)

Nesse momento, se percebe a evidente necessidade de proteger pessoas trans e, especialmente, formar organizações que prezam pelo bem-estar e saúde da comunidade; assim, se estabelecendo uma rede nacional para providenciar apoio em todos os estados do Brasil, não apenas em uma região. Acredito que exista também a necessidade de citar explicitamente os nomes dessas associações e grupos, mostrar seus papéis em ajudar vidas trans, pois são organizações que sofrem com o apagamento da história.

## **5.5. Expectativas de vida e jovens trans**

É impossível falar sobre vidas trans sem elaborar o quanto elas costumam ser pequenas. As primeiras gestões da maior associação nacional que visa proteger os direitos trans tiveram falecimentos precoces, assim como muitas outras que o grupo procurava ajudar. Em vista dos dados aqui já apresentados, é fácil afirmar que a comunidade trans foi empurrada para a beira da sociedade, se tornando uma população marginalizada.

“Em 2022, tivemos pelo menos 151 pessoas trans mortas, sendo 131 casos de assassinatos e 20 pessoas trans suicidadas. A mais jovem trans assassinada tinha 15 anos, e vimos um acirramento na patrulha contra crianças e adolescentes trans, sendo inclusive vítimas de violências dentro do ambiente escolar.” (BENEVIDES, 2023.)

Cerca de 99% da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, pessoas trans e intersexos (LGBTI) não se sente segura no Brasil. A expectativa de vida de pessoas trans é menos de 40 anos. A idade média de pessoas trans assassinadas é de 29,5 anos. (ANTRA, s.d.)

Também, o Brasil é o país que mais mata pessoas trans em todo o mundo há 13 anos consecutivos, segundo o relatório da Transgender Europe (TGEU). (ANTRA, s. d.) A partir dessa informação, se levarmos em conta que, segundo o artigo nº2 do Estatuto da Criança e do Adolescente, toda pessoa entre doze e dezoito anos de idade é um adolescente, podemos comparar para afirmar que, no Brasil, existem crianças trans que jamais viveram em um país seguro para elas.

“Às vezes escuto as pessoas dizerem que não existe crianças trans e eu sempre respondo que se não existe criança trans, também não existe criança cis”, disse Fabiana Oliveira, estudante de psicologia e integrante da Articulação e Movimento para Travestis e Transexuais de Pernambuco (Amotrans-PE). Ela elabora, anteriormente, sobre o fato de que, mesmo antes do nascimento, já se determina o gênero de uma pessoa, levando pessoas trans a sofrerem violências a partir desse momento.

No dossiê divulgado pela ANTRA, é listado que as primeiras violências na vida de pessoas trans acontecem no núcleo familiar, depois na escola e, mais tarde, no



ambiente de trabalho. Todos esses fatores – a hostilidade dentro e fora de casa, a baixa expectativa de vida, os assassinatos – levam a pensar que jovens trans sofrem dificuldades tentando se desenvolver como pessoas na sociedade.

Em 2018, um estudo norte-americano avaliou índices de suicídio entre adolescentes no período de 2012 a 2015, e os resultados mostraram que o recorde de casos está entre os homens trans. Um estudo da Journal of Adolescent Health provou, com um total de 129 jovens trans norte-americanos, que o uso do nome social e pronomes corretos diminui os índices de suicídio, depressão e ideação suicida. Outro estudo da National Center for Transgender Equality também comprova que pelo menos 40% das pessoas trans já tentaram suicídio. Em resumo, os dados que podemos extrair dessas pesquisas é que a comunidade trans está sujeita a ideações suicidas e transtornos psicológicos por conta da exclusão e violências sofridas na sociedade, como o desrespeito de suas identidades e nomes; em especial, os homens trans estão mais sujeitos a cometerem suicídio, enquanto mulheres trans lidam com o transfeminicídio, como visto no Dossiê da ANTRA.

Além da diminuição da expectativa de vida ser causada pelas violências e homicídios sofridos em decorrência de suas identidades, a partir da referência aos projetos feitos desde a origem dos movimentos trans que se focavam principalmente em providenciar saúde pública e reconhecimento dentro da área da medicina, é perceptível que a epidemia da AIDS, assim como a contínua falta de apoio nos anos seguintes para outras epidemias e doenças, prejudicou o bem-estar da população trans.

## **5.6. Resoluções legais**

Segundo o decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016, o nome social é entendido como o nome adotado pela pessoa trans e pelo qual ela é reconhecida socialmente. O segundo artigo do decreto estabelece que “órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em seus atos e procedimentos, deverão adotar o nome social da pessoa travesti ou transexual.”

Da mesma maneira, o direito ao nome social foi assegurado pelo Conselho Nacional de Justiça em 2016, e no caso de menores de dezoito anos não

emancipados, é necessária a declaração dos pais ou responsáveis. Esta resolução estabelece que o nome social deve receber destaque ao nome de registro, agentes públicos devem respeitar a identidade de gênero e tratar pelos pronomes indicados. Em processos judiciais, o nome social deverá vir em primeira posição, assim como deverá ser utilizado em comunicações internas de uso social, cadastro de dados, endereço de correio eletrônico, identificação funcional de uso interno, listas de números de telefones e nome de usuário em sistemas de informática.

O primeiro artigo do Provimento Nº 73 de 28/06/2018 garante o processo de mudança de nome e identidade de gênero para a pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais em certidões de nascimento e casamento, podendo ser realizado em qualquer um dos 7.660 cartórios de Registro Civil do país e havendo a possibilidade de somente mudar o nome, o gênero, ou ambos, compeltamente por autonomia da pessoa, sem necessidade de cirurgia de redesignação de sexo. Também, em 2022, a Lei 14.382 alterou o artigo 56 da Lei de Registros Públicos para que qualquer pessoa maior de 18 anos pudesse mudar de nome, independentemente da justificativa e autorização judicial. Entretanto, pessoas que não atingiram a maioridade ainda devem dar entrada a uma ação judicial para mudar de nome e gênero na certidão de nascimento.

Em 2018, tornou-se possível a autodeclaração do nome social no título de eleitor. Em 2020, o nome social podia ser incluído na Carteira de Trabalho. Em geral, desde 2014, quaisquer instituições brasileiras têm o dever de respeitar o nome social.

## **5.7. Linguagem**

Foi citado anteriormente que ANTRA costumava não ter a palavra “travesti” por ser muito “pejorativa” e uma palavra muito utilizada como insulto, sendo preferível o termo “transgênero”. Porém, dentre as travestis ativistas da comunidade trans, houve um movimento de ressignificação; elas usavam a palavra como autoidentificação, reconhecendo-se como “travestis”, para que mais tarde a sigla passasse a significar Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Assim, é possível entender como a linguagem tem poder social sobre como as pessoas são vistas e também como se identificam: apesar da palavra “travesti” ter sido utilizada como insulto, muitas

travestis se apropriaram do termo como um ato de resistência e ressignificaram para algo positivo à comunidade.

Além disso, também é relevante citar outras maneiras como a língua e a linguagem podem ser utilizadas como ferramentas de opressão e empoderamento. Em questões de gênero, há um debate sobre o favorecimento do masculino perante outras identidades – quando se utiliza do pronome masculino “eles” para se referir a um grupo misto, por exemplo. Levando tanto a desigualdade quanto a diversidade de gênero, a “linguagem neutra visa se comunicar de maneira a não demarcar gênero no discurso linguístico, a fim de incluir todos os indivíduos.” (CAÊ, Gioni)

## **5.8. Desenvolvimento Web no Brasil**

De acordo com o Pew Research Center (2021), o Brasil é o país que detém a segunda colocação quando se trata de desenvolvimento de aplicativos mobile (apps). Além disso, foi registrado mais de um celular por pessoa no Brasil em 2022, segundo a FGV, sendo que os jovens brasileiros têm uma taxa de uso de celulares de 96% (McAfee, 2022); assim, pode-se concluir a partir desses dados que aplicativos são uma maneira acessível por grande parte da população jovem, sendo também uma maneira de repassar informações e criar uma rede de apoio para a própria comunidade trans.

## **5.9. Outros aplicativos**

A partir dos dados apresentados, percebe-se a necessidade de criar redes de apoio destinadas à comunidade trans por meio dos recursos digitais atuais, como aplicativos ou websites. Essa necessidade também foi percebida por estudantes do Distrito Federal que criaram um app chamado Queely, que serviria como auxílio para pessoas em processo de transição de gênero, com função de avaliar humores, organizar rotina para o tratamento hormonal e ainda registrar fotos e pensamentos. Além do aplicativo Queely, todas as outras plataformas encontradas são destinadas para “paquera”, o qual não se relaciona com os objetivos deste projeto de pesquisa.

## **6. METODOLOGIA**

Foi utilizado o método de “pesquisa descritiva”, com a finalidade de analisar ações sociais e organizações relativas à comunidade trans no Brasil. Tanto a revisão bibliográfica quanto o estudo de documentos foram essenciais para a elaboração deste projeto, pensando a análise a partir de fontes de pesquisa primárias, secundárias e terciárias.

Como exemplos de fontes primárias dentro do projeto, estão o “Dossiê Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2023”, assim como outros dossiês divulgados anteriormente pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), além de registros feitos diretamente pelos movimentos sociais investigados e documentos governamentais oficiais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e leis direcionadas a pessoas trans.

Como exemplos de fontes secundárias e terciárias, estão artigos de revisão sobre dados e história da comunidade LGBTQIA+, com foco na comunidade trans. Outro exemplo envolve reportagens e notícias correlacionados ao tema de pesquisa.

O estudo feito neste projeto tem caráter qualitativo, visando reunir dados e estatísticas a fim de analisá-los sociologicamente para entender comportamentos e fenômenos sociais, e concluir quais atitudes são necessárias.

Por fim, o projeto também conduzirá uma pesquisa de campo, a fim de contabilizar estatisticamente as maiores necessidades a serem atendidas por um website que servirá como conclusão para o projeto, pois reunirá os principais pontos investigados e medidas fundamentais para o desenvolvimento humano de pessoas trans, visando o bem-estar e acessibilidade.

## **7. RESULTADOS E DISCUSSÕES PARCIAIS**

Na primeira divulgação do formulário, foram entrevistadas um total de 12 pessoas.

Em relação às perguntas de identificação, a categoria de gênero ficou dividida igualmente em três grupos: Masculino (33,3%), Feminino (33,3%) e Não-binário (33,3%). Ao mesmo tempo, a maioria das respostas afirmou a faixa etária entre 13

anos e 18 anos (adolescentes), e a escolaridade de Ensino Médio Incompleto (75%) e Ensino Fundamental Completo (16,7%); a partir dessas informações, é possível concluir que o formulário atingiu seu público-alvo ideal: jovens, com identidades de gênero diversas.

Quanto às perguntas relativas à tecnologia, a maior parte das respostas concordou com a afirmação de “Fico o tempo inteiro no celular” (66,7%).

## 8. REFERÊNCIAS

MCAFEE. Life Behind the Screens of Parents, Tweens, and Teens. 2022. Disponível em: <https://www.mcafee.com/content/dam/consumer/en-us/docs/reports/rp-connected-family-study-2022-global.pdf>

GUEDES, Beatriz. Mercado brasileiro de desenvolvimento de aplicativos é o segundo que mais cresce no mundo. SEGS, 2021. Disponível em: <https://www.segs.com.br/info-ti/296252-mercado-brasileiro-de-desenvolvimento-de-aplicativos-e-o-segundo-que-mais-cresce-no-mundo>

GONÇALVES, Beatrice. Respeito à diversidade reduz os índices de suicídio entre a população LGBTQI+. Portal do IFSC, 2021. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/noticia/2279378/respeito-%C3%A0-diversidade-reduz-os-%C3%ADndices-de-suic%C3%ADdio-entre-a-popula%C3%A7%C3%A3o-lgbtqi>

BLAKEMORE, Erin. Revolta de Stonewall deu origem ao movimento atual pelos direitos LGBTQIAP+. National Geographic Brasil, 24 de junho de 2021. Cultura, LGBTQIA+. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2021/06/gay-lgbt-revolta-de-stonewall-movimento-atual-pelos-direitos-lgbtqia>

SOUSA, Keila Simpson. História. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. História. Disponível em: <https://antrabrasil.org/historia/>

Grupo Esperança, de apoio à diversidade, recebe Marry Ducci. Prefeitura Municipal de Curitiba, 03 de setembro de 2010. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/grupo-esperanca-de-apoio-a-diversidade-recebe-marry-ducci/20485>

Grupo Dignidade. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/>

BENEVIDES, Bruna G. ASSASSINATOS E VIOLÊNCIAS CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS BRASILEIRAS EM 2023. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>

BENEVIDES, Bruna G. ASSASSINATOS E VIOLÊNCIAS CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS BRASILEIRAS EM 2022. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>

OLIVEIRA, Luciana de. Jovens e crianças trans estão sendo mortas cada vez mais cedo, diz autora de dossiê. G1, 29 de janeiro de 2021. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/01/29/jovens-e-criancas-trans-estao-sendo-mortas-cada-vez-mais-cedo-diz-autora-de-dossie.ghtml>

MENDONÇA, Rani de. Entidades denunciam subnotificação de assassinatos de pessoas trans em Pernambuco. Brasil de Fato, Recife (PE), 29 de janeiro de 2020. Política. Disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/2020/01/29/a-violencia-marca-a-vida-das-pessoas-transexuais-conheca-historias-de-quem-enfrentou>

RUSSEL, Stephen T. et al. Chosen Name Use Is Linked to Reduced Depressive Symptoms, Suicidal Ideation, and Suicidal Behavior Among Transgender Youth. Journal of Adolescent Health, 2018. Disponível em: [https://www.jahonline.org/article/S1054-139X\(18\)30085-5/fulltext](https://www.jahonline.org/article/S1054-139X(18)30085-5/fulltext)

National Center for Transgender Equality. Disponível em: <https://transequality.org/>

CAÊ, Gioni. Manual para o uso da linguagem neutra em Língua Portuguesa.

Censo 2022 indica que o Brasil totaliza 203 milhões de habitantes. Gov.br, 28 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2023/06/censo-2022-indica-que-o-brasil-totaliza-203-milhoes-de-habitantes>

ASSIS, Richard. Estudantes do DF criam aplicativo que ajuda pessoas trans no processo de transição de gênero. G1, 11 de agosto de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/11/08/estudantes-do-df-criam-aplicativo-que-ajuda-pessoas-trans-no-processo-de-transicao-de-genero.ghtml>

Portal da Câmara dos Deputados, 2016. DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8727-28-abril-2016-782951-publicacaooriginal-150197-pe.html>

Conselho Nacional de Justiça. RESOLUÇÃO DE 2016. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2016/06/654dcfe991b842ff39e3a194b20af928.pdf>

Conselho Nacional de Justiça. Provimento Nº 73 de 28/06/2018. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2623>

Mudança de Nome e Gênero no Cartório de Registro Civil. Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais. Disponível em: <https://arpenbrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/06/Transgeneros-2.pdf>